

Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar

STEPHEN GRAHAM

São Paulo: Boitempo, 2016. 504p.

Nathalia Cristina Oliveira*

I.

O livro do geógrafo britânico Stephen Graham, *Cidades sitiadas*, é muito rico tanto descritiva quanto analiticamente. Algumas de suas marcas são a diversidade de fontes citadas e analisadas (como material de imprensa, de publicidade e propaganda, além dos estudos de pesquisadores de diferentes áreas – urbanistas, geógrafos, sociólogos e outros), a clareza na apresentação das ideias e a grande quantidade de dados e exemplos mencionados para ilustrar e corroborar suas teses.

A referida obra pode ser caracterizada como um amplo mapeamento – alguns definem como enciclopédia – das guerras contemporâneas existentes nas cidades (nos espaços urbanos e no cotidiano), em escala global. Graham traz em seu livro exemplos de guerras em distintos locais, como Reino Unido, Israel e, em especial, Estados Unidos. Este país, por sua vez, é citado em diferentes partes da obra para exemplificar o que o autor define como o novo urbanismo militar.

O livro encontra-se dividido em dez capítulos, além de uma introdução geral. Como Graham esclarece, “*Cidades sitiadas* compreende três capítulos amplos e temáticos, seguidos por seis estudos de caso expandidos” (p.46). O último capítulo, denominado de “Contra geografias”, é dedicado às possibilidades de resistência diante do fenômeno da militarização das cidades. A seguir, apresentaremos as principais teses defendidas pelo autor, em especial, as que estão presentes nos três capítulos iniciais.

* Doutora em Ciência Política pela Unicamp. E-mail: natholiveira2004@yahoo.com.br.

II.

Stephen Graham analisa o processo de desenvolvimento e a consolidação do novo urbanismo militar, ou seja, a militarização da sociedade civil, de modo que haja “a extensão das ideias militares de rastreamentos, identificação e seleção nos espaços e meios de circulação da vida cotidiana” (p.24). Ideias essencialmente militares são trazidas para o cotidiano da população citadina e tem-se o “uso da guerra como metáfora dominante para descrever a condição constante e irrestrita das sociedades urbanas – em guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança” (p.26).

Graham apresenta cinco características do novo urbanismo militar. Primeiramente, destaca o processo em que as técnicas militarizadas de rastreamento e triagem se torna cada vez mais presente na paisagem urbana. Uma segunda característica é o dito “bumerangue de Foucault”, isto é, doutrinas, conceitos e técnicas que tratam da guerra urbana e foram desenvolvidos para controlar as massas do “sul global” são também imitados nas cidades e metrópoles imperiais, buscando controlar grupos e movimentos sociais tidos como perigosos ou ameaçadores. Isso tende a fortalecer “ideias autoritárias e militarizadas do papel do Estado para manter a ordem” (p.76). Exemplos da identificação no uso de diferentes tecnologias (satélites, câmaras de monitoramento, fiscalização biométrica, uso de GPS etc.) tanto nas cidades “nacionais”, quanto nas “estrangeiras” aparecem ao longo de diferentes capítulos do referido livro.

A terceira característica é a economia política do novo urbanismo militar, em que se destacam os “complexos industriais multinacionais que se estendem para além dos setores militar e de segurança para abranger as indústrias da tecnologia, da vigilância e do entretenimento” (p.37). Em meio à crise global, há a ascensão dos mercados para serviços e tecnologias de segurança, o que se apresenta como uma saída para muitas cidades. Soluções de segurança são vendidas como “balas de prata” para solucionar problemas sociais. Vide o exemplo dos carros blindados para o “campo de batalha urbano”, discutido no capítulo 9.

A quarta característica destaca que a dependência das cidades de complexas redes de infraestrutura (energia, água e alimentos) cria a possibilidade de violência, guerra urbana e meio de coerção política. Isso é exemplificado no capítulo 8, com a Guerra do Golfo.

A quinta característica é a concepção de “soldados cidadãos”. Há um entrecruzamento civil-militar de modo que a busca por segurança é dominante entre os cidadãos e forjada na cultura de entretenimento. Exemplos desta situação, como jogos de videogame que simulam o exército norte-americano e treinam os seus soldados desde crianças, são encontrados no capítulo 6.

Para a discussão sobre o novo urbanismo militar, a rápida urbanização do mundo é um elemento importante de análise. Em especial quando se percebe que este processo está sendo acompanhado pela consolidação do capitalismo neoliberal (com os seus pilares: privatização, abertura do mercado para o capital estrangeiro, mercantilização e financeirização de diferentes esferas e os poucos

investimentos em políticas sociais). Esses fatores resultaram em “concentrar riqueza em classes sociais, corporações e locais capazes de lucrar com a privatização e a extensão de capital financeiro, enquanto prejudicou salários, o patrimônio e a segurança de indivíduos e lugares mais marginalizados” (p.56). Neste contexto, há um aumento das desigualdades sociais: seja entre as nações “do Norte” e “do Sul” (dimensão esta relacionada ao imperialismo); seja no interior das nações, regiões e cidades. Isso influencia os níveis de crime e violência e, em decorrência, há uma militarização mais intensa, maior controle social e policiamento punitivo nas cidades – em especial nas cidades do “Sul global”.

Na guerra urbana (assim como em outras guerras) as construções de uma dicotomia e visão maniqueísta de um “nós” (justo, bom, inocente) e um “eles” (inimigo, alvo e odiado) e da ideia de bem *versus* mal tornam-se importantes para fundamentar e estimular os conflitos e aumentar a violência.

Graham defende que há, sim, uma novidade na relação entre as cidades e a violência política e, por isso, insiste na denominação de novo urbanismo militar. Para explicar, o autor apresenta sete componentes, os quais, em linhas gerais, demonstram como as esferas civil e militar são borradas (não há uma separação), assim como local e global; o interior e o exterior. No contexto das fronteiras onipresentes de mobilidade, circulação e vida social, os Estados não se responsabilizam apenas pelos seus territórios e cidadãos, mas sim se associam em sistemas internacionais que objetivam separar as pessoas e as circulações consideradas “de risco” e aquelas consideradas “livre de risco”. Tem-se, assim, uma guerra permanente nas cidades.

III.

Sem deixar de considerar as características e especificidades dos diferentes contextos analisados, a obra de Graham pode auxiliar na compreensão de como o fenômeno do urbanismo militar está presente na sociedade brasileira – aí está uma das motivações da leitura desta obra para o leitor brasileiro. Citemos livremente alguns exemplos: a “guerra ao crime” e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) divulgada pelo governo do estado do Rio de Janeiro como política de segurança (a partir de 2008); a “guerra às drogas” e a intervenção na região da “cracolândia” na cidade de São Paulo; a repressão e violência policial às ocupações organizadas por movimentos sociais populares (sem-teto) e, ainda, o policiamento e aumento do controle durante o ciclo dos megaeventos esportivos no Brasil – a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

A leitura deste livro é muito proveitosa para aqueles estudiosos (destacamos os marxistas) que têm a preocupação de construir análises críticas e que possam contribuir e/ou estar associadas às práticas que buscam resistir ao processo de militarização do cotidiano, o qual está atrelado a um projeto político neoliberal e imperialista. Neste sentido, se Graham tem como objetivo principal apresentar a tese de que a vida civil urbana é o principal alvo do novo militarismo, parece ter também como objetivo último (político) fornecer elementos para que o leitor analise, resista e intervenha a favor de um projeto de urbanismo antimilitar.